

Saiba quem vai pagar a manifestação da CUT dessa sexta 31 de março

Claudio Tognolli

YAHOO!

Yahoo Notícias 29 de março de 2017



2/03/2017- São Paulo- SP, Brasil- Audiência pública contra o fim da aposentadoria, na Assembléia Legislativa de São Paulo. Foto: Roberto Parizotti/ CUT

A página da CUT informa: as Estaduais da CUT dos 26 Estados do Brasil e do Distrito Federal farão nesta sexta-feira (31) um Dia Nacional de Mobilização contra o desmonte da aposentadoria e da CLT e para impedir a sanção pelo governo Temer do Projeto de Lei 4302/1998, aprovado por 231 deputados no último dia 22.

Além de liberar a terceirização para todas as áreas das empresas, ao aprovar o PL 4302, os deputados aprovaram também o aumento dos prazos dos contratos temporários de três meses para 180 dias, prorrogável por mais 90 dias. Isso significa um contrato de trabalho de nove meses ou mais sem direitos trabalhistas como, seguro-desemprego, estabilidade para gestantes e verbas rescisórias como o aviso prévio e os 40% de multa do FGTS.

Segundo o site da CUT, em São Paulo, teremos atos a partir das 16h, na Avenida Paulista, em frente ao MASP; e na Praça do Patriarca, onde estarão os professores Municipais. Depois, todos sairão em passeata até a Praça da República, onde se encontrarão às 18h.

O Dia Nacional de Mobilização está sendo organizado em conjunto com a CTB, a Intersindical e as entidades que formam as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo. É um “esquentar” para a greve geral do dia 28 de abril.

Na avaliação do presidente Nacional da CUT, Vagner Freitas, “tirar a Dilma era só o primeiro passo do golpe, os outros, e mais importantes, eram acabar com a proteção social e os direitos da classe trabalhadora”.

“É por isso que os empresários financiaram o golpe. E é também por isso que Temer tem pressa em tirar a pele do trabalhador brasileiro com as reformas da Previdência e Trabalhista, com terceirização geral e irrestrita e contratos temporários de até nove meses, como prevê o texto do PL 4302, aprovado na Câmara dos Deputados. O mercado deu um prazo para ele, ou aprova o desmonte dos direitos ou cai fora”.

Bem...

Alguns números: todos os 41,3 milhões de trabalhadores brasileiros com carteira assinada terão desconto na folha de pagamento deste mês de março, compulsoriamente, do valor de um dia de trabalho como contribuição sindical. É este dinheiro que sustenta os sindicatos no Brasil. No ano passado, a arrecadação foi de R\$ 3,2 bilhões, rateados entre os 15.315 sindicatos – uma alta de 13% frente a 2012. Os próprios sindicalistas admitem que muitos são criados apenas para garantir os repasses das verbas do imposto sindical.

A cobrança foi criada em 1943, pela ditadura de Getúlio Vargas. Do total arrecadado, 60% são repassados aos sindicatos, 15% às federações, 5% às confederações e 20% ficam com o Ministério do Trabalho, para financiar programas como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que custeia o seguro-desemprego e o PIS.

Em 2008, o então presidente Lula determinou que, do total repassado ao FAT, 10% deveriam ser destinados às centrais sindicais. De lá para cá, as centrais já receberam cerca de R\$ 530 milhões, valor que não precisa ter nenhuma prestação de contas.

CUT e Força Sindical ficam com as maiores parcelas do imposto, R\$ 44,5 milhões e R\$ 40 milhões, respectivamente. Apesar de se declarar formalmente contra a cobrança, a CUT não devolve o dinheiro aos trabalhadores.

Vamos a um extrato da mídia.

Trecho do Globo de março de 2014:

Todos os 41,3 milhões de trabalhadores brasileiros com carteira assinada terão desconto, compulsoriamente, na folha de pagamento deste mês de março, do valor de um dia de trabalho como contribuição sindical. É este dinheiro que sustenta os sindicatos no Brasil. No ano passado, a arrecadação foi de R\$ 3,2 bilhões, rateados entre os 15.315 sindicatos. Uma alta de 13% frente a 2012. E neste ano, podem ser financiados também os 2.100 novos sindicatos que estão em fase de criação. Os próprios sindicalistas admitem que muitos são criados apenas para garantir os repasses das verbas do imposto sindical.

— São sindicatos de gaveta, abertos sem qualquer organização social e política. Em muitos casos, o trabalhador nem sabe que o sindicato existe. Todos por conta do imposto sindical — denuncia Wagner Freitas, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), principal central sindical do país.

O secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Manoel Messias, confirma que grande parte dos sindicatos em processo de legalização no ministério está de olho apenas na contribuição sindical.

Quanto desse dinheiro levará gente à avenida Paulista neste dia 31 de março?